

MENSAGEM À CÂMARA Nº 021/2025

À sua Excelência o Senhor

VAGNO MARTINS DA CRUZ

Presidente da Câmara Municipal de Paraty

Nesta.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Temos a honra de submeter à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, o Projeto de Lei, que visa alterar a redação do art. 9º da Lei nº 2.530, de 02 de janeiro de 2025, a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2025 (vigente).

A alteração proposta consiste na inclusão de um novo inciso ao *caput* do art. 9º, autorizando o uso de recursos de "**Operações de crédito autorizadas, previstas em lei**" como fonte para a abertura de créditos suplementares.

Esta medida não é apenas uma conveniência administrativa, mas uma adequação legal imperativa que garante a estrita observância das normas federais de finanças públicas. Conforme estabelece o artigo 43, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320/64, o produto de operações de crédito autorizadas deve ser considerado como recurso para a abertura de créditos adicionais.

O Município tem precedentes consolidados, como, por exemplo, a Lei nº 2.343/2021 (que autorizou financiamento junto à CAIXA), e nesse sentido, na oportunidade de uma captação de recursos, a viabilidade da operação só será possível se tal dispositivo for incorporado à lei do orçamento vigente.

O Projeto de Lei, portanto, formaliza na LOA municipal o que a lei federal já determina, assegurando a transparência, a legalidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

Confiantes no apoio desta Casa Legislativa à iniciativa, renovamos a Vossa Excelência e demais membros os protestos de nossa elevada estima e consideração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY, 28 DE OUTUBRO DE 2025.

JOSÉ CARLOS PORTO NETO

Prefeito

PROJETO DE LEI Nº _____/2025

Altera a redação do art. 9º da Lei nº 2.530, de 02 de janeiro de 2025, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Paraty para o exercício financeiro de 2025.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - O art. 9º da Lei nº 2.530, de 02 de janeiro de 2025, passa a vigorar acrescido do inciso IV, com a seguinte redação:

"Art. 9º - [...]:

I – [...];

II – [...];

III – [...];

IV – Operações de crédito autorizadas, previstas em lei." (NR)

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY, 28 DE OUTUBRO DE 2025.

JOSÉ CARLOS PORTO NETO
Prefeito

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Assunto: Justificativa para a alteração do Art. 9º da Lei nº 2.530/2025 (LOA 2025), com base no Art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar as razões que motivam a propositura do Projeto de Lei, que visa aprimorar o art. 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025.

1. **Da Conformidade Legal (Lei nº 4.320/64):** O cerne desta proposição reside na necessidade de harmonizar a Lei Orçamentária Municipal com a legislação federal. A **Lei nº 4.320/64**, norma geral de direito financeiro para a União, Estados e Municípios, estabelece em seu **art. 43, § 1º, inciso IV**, que os recursos provenientes de **"operação de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo utilizá-los"** são fontes legítimas para a abertura de créditos adicionais (suplementares e especiais).
2. **Da Lacuna na LOA Municipal e o Respaldo Legal:** O art. 9º da Lei nº 2.530/2025 (LOA/2025), embora liste outras fontes (anulação, superávit e excesso de arrecadação), omitiu a previsão expressa do produto de operações de crédito. O presente Projeto de Lei corrige essa omissão ao adicionar o inciso: **"Operações de crédito autorizadas, previstas em lei"**, transformando o disposto na lei federal (4.320/64) em norma específica da LOA municipal.
3. **Da Necessidade Prática e Precedentes:** A prática administrativa demonstra a imprescindibilidade desta previsão. Esta Casa Legislativa já autorizou a contratação de financiamentos, a exemplo da **Lei nº 2.343/2021**.
4. **Do Princípio da Eficiência:** Ao incluir esta fonte no art. 9º, o Poder Executivo adquire a prerrogativa, já prevista na legislação nacional, de incorporar e aplicar esses recursos imediatamente após sua liberação.

Em suma, a alteração proposta é fundamental para: (i) assegurar a plena legalidade das ações orçamentárias do Município em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64; e, (ii) garantir a legalidade necessária para a aplicação de recursos oriundos de operações de crédito, em benefício da população de Paraty.

Pelas razões expostas, solicitamos a aprovação do Projeto de Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY, 28 DE OUTUBRO DE 2025.

JOSÉ CARLOS PORTO NETO
Prefeito



MUNICIPIO DE PARATY

RUA JANGO PADUA, TERMINAL RODOVIARIO AGILIO RAMOS, 2º ANDAR

PARATY/RJ - CEP 23.970-000

CNPJ: 29.172.475/0001-47 | FONE: (24) 3371-6527



CÓDIGO DE ACESSO

5C249FF061754987B0F773149C494E92

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: JOSE CARLOS PORTO NETO em 28/10/2025 14:45:56

CPF:***.***-.867-91

Certificadora: MUNICIPIO DE PARATY - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://paraty.flowdocs.com.br/public/assinaturas/5C249FF061754987B0F773149C494E92>

Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3600380035003200310030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da
Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 3600380035003200310030003A005000

Assinado eletronicamente por **Regina Laura Alvarenga Barros** em 30/10/2025 14:38

Checksum: **5820193422B4756ABAA01E1F106D6E7791AA5A2C14653CF796DF056B52039E6D**